ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA DEZ DE ABRIL DE 2025

ATA NÚMERO SESSENTA E OITO

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e doze minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Jaime da Silva Quintas, Paulo Rebelo da Silva, João Pedro Ferreira Martins, Joaquim de Sousa Rocha, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira e Jorge Manuel dos Santos Pereira.----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Manuel Benjamim Leite Soares, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por José Manuel Silva Ferreira, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Russo e Silva, Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Filipe da Silva Lopes, que justificou a falta e Manuel Paulo de Jesus Lopes, substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis e Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. ----------

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Paula Cristina Martins Carvalhal e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ----------

Ponto 1 - Público. ----------

Senhor Artur Vieira, Freguesia de Serzedo na sua intervenção disse ter acabado de construir uma casa há cerca de um ano e meio. Disse ter cumprido todos os requisitos legais e foi confrontado com uma visita dos supostos técnicos da Luz ao serviço da Avex Norte, uma subsidiária da Mota-Engil, a informá-lo que a sua casa seria destruída para dar lugar a um túnel. Teve uma sessão de esclarecimento com as IP's de Portugal, com técnicos e engenheiros capazes, segundo a sua opinião, de projetar um projeto daqueles. Tranquilizaram-no, dizendo-lhe para acabar tudo o que tinha a fazer e não se preocupasse. Acabou a casa, com o respetivo licenciamento, com 340 metros quadrados e 840 metros de terreno. Vive preocupado porque necessita perceber, se o traçado previsto, afeta realmente a sua casa. Não consegue viver nessa incógnita, pois as informações que circulam na comunicação não o sossegam. Queria perceber se já havia certezas, de uma possível alteração da estação, de haver uma ponte para carros, uma ponte para comboios. Seria bom perceber o que é que se estava a passar de momento em relação ao TGV e por onde passava. ----

Senhor José Carlos Tavares, União de Freguesias Grijó e Sermonde na sua intervenção disse que tal como o colega que lhe antecedeu foi contactado, a uma sexta-feira, por uma empresa que lhe disse que o TGV ia passar no terreno onde tinha a sua casa construída, mas a mesma não seria afetada. Mas começava também a pôr tudo em causa quando ouviu dizer, que o traçado ainda não estava definido. O que realmente era estranho, numa fase daquelas, andarem a colocar os marcos ou a marcarem o sítio onde iria passar o TGV, há cerca de dois meses, e até ao momento não saberem mais notícias. Acusou a Junta de Freguesia por não os ter contactado, informando-os que iriam ser abordados, por uma empresa, colocando-os ao corrente da situação, porque comunicarem-lhes daquela maneira não foi agradável, quer para a sua família quer seus

sogros, pessoas idosas, que construíram aquela casa com muito, muito esforço, há muitos anos. Também gostava de saber, se possível, porque seria que o traçado em Grijó estava previsto ser todo subterrâneo e haver uma alteração, já não ser totalmente subterrâneo. O porquê de ter acontecido e dos cidadãos não terem sido informados da mesma. E se existia realmente um traçado definitivo, ou não, um estudo mais aprofundado, que informassem a população.----------

Senhor Jorge Castro, União de Freguesias de Grijó e Sermonde na sua intervenção disse, que o TGV causou um alarme social na União de Freguesias, sobretudo em Grijó e na freguesia vizinha Serzedo. Infelizmente algumas das coisas que sabia foi através do município vizinho, Espinho, no dia 25 de fevereiro. Efetivamente tinha visto alguns técnicos, no terreno do vizinho, mas associou a partilhas de bens que a família estava a ter, que afinal não era. Eram pessoas de uma entidade que estavam a fazer medições. Nesse mesmo dia, à noite, foi confrontado, por mais vizinhos, que estavam a ser surpreendidos por uma entidade, que não tinham conhecimento, de estarem a colocar estacas e pedirem permissão para aceder aos terrenos e saber quem eram os proprietários. Analisou o site da Câmara e da Junta de Freguesia e não havia nenhum comunicado. No caso de Ovar tinha havido um edital a mencionar que iriam identificar proprietários. Reportou a situação ao PSD, ao Deputado Paulo Martins, que no dia 26 de fevereiro tentou mais informação junto da Assembleia Municipal. Nesse mesmo dia o Senhor Presidente da Câmara estava em Grijó a fazer uma presidência aberta, mas eles estavam ali a discutir também o TGV, que iria afetar as suas casas e os seus terrenos. Assim sendo, no dia 7 de março, verificou que o Ministério das Infraestruturas emitiu um comunicado a mencionar a existência de um concurso, publicado no dia 15 de janeiro de 2024, pelo Governo do Dr. António Costa. O concurso definia uma faixa de variação de 400 metros, no qual concessionar podia otimizar o traçado final. Efetivamente, quando as Infraestruturas de Portugal e o próprio, estiveram no espaço "Mais Grijó", no auditório, colocou a questão, da faixa dos 400 metros, o qual disseram, por entrelinhas, que realmente poderia haver essa variação. Falou-lhes no caso de querer fazer uma construção, se podiam construir ou não, visto que eles diziam que ia ser por túnel e que não o iria afetar. Atualmente o cenário era diferente. Ele achava que após a adjudicação do contrato não se poderia interferir no traçado final. O que estava em causa não era a execução da obra mas a forma como estavam a ser conduzidos os trabalhos. Por isso, queriam saber efetivamente qual era o traçado final. Quais as casas e os terrenos que iriam ser afetados. Onde iniciava e terminava o túnel e qual o impacto ambiental que iria ter, dado ser uma zona onde existiam muitas minas de água. Finalmente para quando as expropriações e se o município sabia informar quanto tempo iriam dar à população para proceder às negociações. No caso das empresas, também era importante perceber se algumas continuavam bloqueadas ou não, pois precisavam de fazer alargamentos, para aumentar a sua produção e aumentar a competitividade do mercado. Esperava mais esclarecimentos do Presidente da Câmara, nem que fosse no Auditório Mestre José Gomes, em Grijó ----------

Senhor Manuel Mota, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse estar em representação dos moradores do edifício da Rua Soares dos Reis, número 824, adjacente à Rotunda Santo Ovídio, e gostariam de ser esclarecidos sobre o enquadramento do mesmo, no Plano de Pormenor de requalificação daquela área envolvente da Rotunda Santo Ovídio. Nos últimos meses tinham visto várias imagens, incluindo vídeos emanados da própria câmara, onde era percetível que no exato local, onde estava implantado o referido prédio, iriam claramente aparecer outras estruturas, dando a entender que haveria expropriação do edifício. Tal facto deixou-os apreensivos, em relação a gastos de manutenção de rotina, que têm tido impacto na decisão de aprovação de ações mais dispendiosas, na manutenção do mesmo, que, se não fosse a incerteza, não seriam proteladas de maneira nenhuma. Também queriam mencionar, e já outras pessoas ali o fizeram, que seria importante, caso existisse razoável certeza de que tal expropriação poderia acontecer, começarem a pensar no seu próprio futuro. Assim, deixava duas questões simples. A primeira questão, se estava ou não previsto no Plano de Pormenor a demolição do edifício da Rua Soares Reis, 824. Em caso afirmativo, qual seria a data prevista para o início e fim das expropriações nesse local. ----------

Senhor Daniel Geada, União de Freguesias Mafamude e Vilar do Paraíso na sua intervenção disse, residir na Avenida Gil Vicente e de facto a sua situação, perante o que tinha sido ali exposto, era de todo minimalista, pois quando comprou o apartamento, o ano passado, sabia a realidade que ia ter naquele local, deparando-se agora que para a construção da nova estação de TGV, a linha de metro Ruby iria ter de ser prolongada até à nova estação. Esse prolongamento foi referido numa notícia de jornal, que iria haver uma extensão de uma deslocalização da via adjacente à Avenida Gil Vicente, número 635. Iria haver a relocalização do elemento rodoviário, o que implicava a ocupação de um talude ajardinado nesse local. Talude esse que atualmente se encontrava bastante arborizado e que de certa forma proporcionava como um elemento que mitigava os efeitos, não só da nova ponte de metro, bem como das ligações rodoviárias existentes no local. No momento gostaria de perceber que medidas de mitigação estavam a ser ponderadas nessa relocalização da estação do TGV. A notícia, e citando, referia que existia uma relocalização da forma de haver a continuidade da linha Rubi até à nova estação de TGV. "Relativamente ao prolongamento da linha Rubi desde a estação de Santo Ovídeo, importa referir que, dada a elevada densidade e sobreposição de infraestruturas neste local, esta obra afigura se bastante complexa, obrigando a desviar o acesso rodoviário para poente sobre um talude ajardinado, adivinhando se impacto negativo face à proximidade dos edifícios de habitação existentes". Que impacto iria ter ao nível da vegetação arbórea que lá existia e que atualmente necessitava de reforço.--------

Senhora Tânia Lopes, União de Freguesias Grijó e Sermonde na sua intervenção disse que a própria e o irmão eram proprietários de um terreno, junto ao aterro sanitário, e a questão era saber como iriam ser realizadas as notificações aos proprietários em caso de herança de partes indivisas. Se as notificações seriam enviadas para o cabeça de casal ou para a morada do terreno, no fundo a casa mãe. ----------

Senhor Joaquim Oliveira, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho na sua intervenção disse que iria colocar uma questão e depois uma sugestão. Depois de definido o traçado, existia uma área de proteção. Desejava saber, qual era a área de proteção para o urbano e para o Industrial, se era a partir do eixo da via ou do talude. Também gostava que o informassem, se a área de proteção que está inserida, também iria ser expropriada. Se quem estava inserido na área de proteção não poderia praticamente fazer nada se fosse zona urbana, possivelmente não poderia fazer uma habitação. Se fosse zona industrial, possivelmente também não poderia fazer um armazém com outra agravante que continuava a pagar o IMI do imóvel. Deixava uma sugestão, depois do traçado definido, e tudo devidamente identificado, as pessoas que vão ser expropriadas fossem às juntas de Freguesia, a entidade mais próxima dos proprietários para serem informados e não haver especulações. Gostaria de saber, depois do traçado definido na totalidade, se a L5 passava por baixo ou por cima. ----------

Senhora Sandra Carvalho, União de Freguesias de Serzedo e Perosinho na sua intervenção disse que a maior parte dos moradores, que estão afetados por aquela grande obra, estão todos um pouco renitentes, porque estão a ser contactados por empresas sem terem ainda a certeza, se efetivamente iria ser aquele o traçado ou não. Receberam uma nova notícia que iriam ser feitas algumas alterações. Basicamente, o que a população queria saber era qual o traçado definitivo, quais as casas afetadas e qual é a área em que vai estar inerente. Onde será efetivamente o túnel. Não estavam contra a obra mas precisavam de saber quem vai ser afetado e como. Muitas das pessoas já eram pessoas de idade, como os oradores anteriores mencionaram e já não levavam tudo aquilo com a mesma leveza causando-lhes algumas mágoas. ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que o senhor Presidente da Câmara, conforme estava no guião daquela Assembleia, e já distribuído aos grupos municipais, aproveitava aquela circunstância para esclarecer as pessoas que já tinham colocado as questões fazendo-se acompanhar de um técnico da Gaiurb e de um maior esclarecimento através da exibição de um vídeo. O senhor Presidente, a partir dali geria o tempo conveniente para os devidos esclarecimentos.----------

PONTO ÚNICO – Parecer sobre o Projeto da Linha de Alta Velocidade (TGV). ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, respondeu aos intervenientes dando algumas notas prévias de enquadramento, porque achava que existiam perguntas muito pessoais, muito específicas, mas seria preciso enquadrar o que estava ali em causa, o projeto do TGV que tinha sido relançado há três anos pelo Governo, que gostaria de chamar Estado, para ser imparcial. Quem tinha assinado a adjudicação foi o Dr. Luís Montenegro, que assinou e muito bem, em outubro de 2024. Portanto a partir dali iria responder aos munícipes e não aos partidos. Respondia ao povo e esperava que a sessão não fosse

manipulada partidariamente. Em outubro de 2024, o governo assinou o contrato de adjudicação com um consórcio de empresas que tem a Mota-Engil. Foi esse consórcio de empresas que adjudicou um projeto de conceção e construção. Normalmente, na atividade das obras públicas, o que acontecia, e dando como exemplo, a Câmara Municipal fazia um projeto para construir um pavilhão internamente ou com arquitetos exteriores externos e depois lançava a obra, e vinha uma empresa de construção construir o pavilhão que depois entregava a obra pronta. E, naquela situação, por razões que tinham que ver com o tipo de obra, o Estado entendeu, que deveria lançar uma obra em que os especialistas, que o Estado português não tinha, pudessem vir do mundo, das empresas privadas. Era um concurso lançado a título internacional, e a empresa que ganhou assinou em outubro de 2024. Não um contrato para construir, mas para ela própria, empresa, consórcio fazer o projeto, desenhar, fazer as opções, propor as opções e depois construir. Aquilo fazia muita diferença em tudo aquilo que viria a seguir. Porque quando por exemplo, era a Câmara ou o Estado a fazer o projeto iam fazendo presidências abertas, fazendo reuniões, iam auscultando a população e a informação seria mais dinâmica. Naquele caso, o que aconteceu foi que a partir de outubro de 2024, houve um consórcio que ganhou o concurso, lançado pelo Estado, e tinha a obrigação, de até agosto / setembro do ano corrente, apresentar a solução final para o traçado. Se o governo aceitasse e as Câmaras e a APA, se toda a gente desse parecer favorável, o que iria acontecer, era que aquele mesmo consórcio, que tinha feito o projeto, iria fazer a obra. Não haveria novo concurso. De referir que o Estado estabeleceu metas dando termos de referência que implicavam um corredor de 400 metros de largura em que obrigatoriamente a empresa tinha de desenhar o corredor do TGV. Esse era o corredor do desenho não era um corredor de proteção. Não poderia sair fora daquela linha de um lado nem do outro. Aconteceram muitas reuniões com os técnicos porque não competia aos políticos estarem a interferir num trabalho técnico. Esteve presente em algumas reuniões para definir como naquela fase, antes de chegar a agosto em que a empresa iria fechar o assunto, podiam envolver as pessoas e dar informação, fazendo atualizações da evolução das negociações técnicas. Como tal foram convidados para aquela assembleia, que foi marcada com aquele tópico, porque já tinham sido contactados em fevereiro. Esteve sempre em contacto com os presidentes de Junta para serenar as pessoas e dizer que não havia nada de definitivo. Apenas falar de um trabalho que tinha de ser feito, para em agosto apresentarem o projeto final, depois de discutido com toda a gente. Em vez de discutir nos gabinetes com os técnicos do IP e com os técnicos da Câmara de Gaia, com os técnicos do consórcio e com os políticos, optou por, numa fase intercalar, atendendo a que havia propostas de alteração aos termos iniciais de Outubro de 2024, por fazer uma publicitação de todo o trabalho até ao momento desenvolvido e publicitado para toda a gente, mesmo que isso depois significasse aproveitamentos de muitas formas. Ao mesmo tempo, ter a oportunidade para fazer uma abordagem intercalar sobre o que estava a ser feito e por isso não conseguiria responder a ninguém se a sua casa iria abaixo ou não e qual seria o traçado porque não havia ainda definitivo. Acompanhavam o trabalho do consórcio, o trabalho do IP. A ideia era chegar a agosto, setembro e poder ter

o projeto final. Um projeto final que não traduzisse a vontade do Presidente da Câmara ou do Presidente do IP ou do consórcio, mas que fosse o resultado do diálogo que tinha sido feito ao longo do tempo. A Câmara não era o dono de obra mas o Estado português. Pensava ser a única reunião de câmara e a única reunião da Assembleia Municipal que estava a ser feita no país, aberta a todas as pessoas para dar esclarecimentos intercalares. Ou seja, enquanto os técnicos estavam a trabalhar para todos terem conhecimento da evolução, a Câmara apresentou à Assembleia Municipal uma proposta alternativa e evolutiva, não uma proposta substitutiva dos termos de referência, que foram lançados em outubro. Nesses termos de referência, dizia-se, por exemplo, que a solução passava por construir uma ponte que tivesse dois tabuleiros. Continuavam a ter essa solução. Dizia-se nos termos de referência, que havia uma estação construída a 70 metros de profundidade em Santo Ovídeo, num terreno onde, infelizmente, pela situação que todos conheciam, não tinha grandes lugares de estacionamento, o que naquele dia aprovaram não iria inviabilizar necessariamente a estação de Santo Ovídeo. Mas a verdade era que, em muitos casos, para salvar situações, para ajustar o traçado, era preciso muito trabalho prévio, que não se fazia em dois ou três meses. O TGV tinha sido completamente renovado para ajustar-se à realidade atual de Gaia, porque já tinha havido um projeto em 2007 e o projeto de 2007 era uma varrida no Concelho e não tinha estação. Sentiam que tinham de ter uma palavra, para minimizar todo o processo e só a nível de exemplo com o traçado de outubro tinham cerca de 20 casas a irem abaixo, com o traçado atual, que não substituía o de outubro, era uma hipótese alternativa ao de outubro, iriam cerca de dez casas abaixo. Estavam atentos e naquele momento, com a ajuda do arquiteto Sérgio, iria fazer o ponto da situação e falar da solução que tinha evoluído de outubro até ao presente, para uma solução alternativa, que não punha em causa a solução de outubro mas a minimização das consequências. O município de Gaia, nos últimos sete anos não tinha feito outra coisa senão participar naquele tipo de negociações, com a Metro do Porto, na Linha Amarela e na linha Rubi. Materialmente, não lhe constava que ninguém saísse a perder do ponto de vista do cálculo económico e financeiro. Poderia sair a perder porque gostava de estar naquele lugar e passou a estar num sítio ao lado. Mas isso só saberiam definitivamente, quando se fechasse o processo e quando o IP aprovasse a solução final. O risco que corriam era que para muita gente, na cabeça de muita gente, já se tinha mudado a Ponte, iria ter duas pontes, uma estação em Vilar do Paraíso e por aí fora. O que acontecia era que a meio do caminho encontraram um plano B proposto pelo consórcio vencedor. Analisaram o plano B politicamente, definiram qual era a sua posição para aprofundar o plano B, e continuaram a evoluir no trabalho, ouvindo as pessoas e até percebendo se as pessoas gostavam mais do plano B ou do plano A, sem estar em causa uma questão de gosto. Mas o que queriam era perceber no território em que é que aquilo impactava na vida das pessoas. Uma obra daquela envergadura que custava mais de 1000 milhões de euros, que mexia com um território teria que ter um período de maturação e um período de reflexão. Um período de decisão, tal como qualquer um faz na construção da sua casa e escolher entre várias hipóteses. Não abdicavam da solução inicial, porque se de

hoje para amanhã o tribunal ou a entidade que tutelava o concurso viesse dizer que não podiam mexer nas pontes, então quereria dizer que Gaia tinha prescindido da estação anterior ou da ponte de dois tabuleiros e isso não. Aceitavam o concurso original mas abriram um plano B para discutir outras alternativas. Se essas alternativas novas, das duas pontes ou do que for, não forem aceitáveis do ponto de vista jurídico e isso puser em causa o concurso, querem o projeto inicial, pois não permitiriam que todo o projeto do TGV fosse para o caixote do lixo. Foi dando mais respostas e esclarecimentos aos munícipes. ----------

De seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal, passou a palavra ao senhor Arquiteto Sérgio, para fazer a apresentação. ----------

O Senhor Arquiteto Sérgio referiu haver uma equipa de acompanhamento do projeto e na sua apresentação iria repetir um bocadinho a apresentação que tinha sido feita na reunião de Câmara pelo consórcio. No início do ano de 2025, o município tinha sido abordado pelo Consórcio, para discutir a evolução do projeto e algumas soluções que eles estavam a desenvolver em alternativas ao projeto do concurso. Apresentando um cronograma disse aquilo ser uma grande preocupação do consórcio, a questão dos prazos, também a questão do financiamento. Alguns elementos estavam a fazer, ao projeto, uma divisão em três grandes temas. A questão da subida da rasante, ou seja, a cota a que se desenvolvia a linha de alta velocidade, que estavam a estudar a possibilidade de subir essa rasante. Questões técnicas. Uma nova localização para a estação de alta velocidade em Gaia e também a divisão da ponte que era rodo e ferroviária em duas pontes. Portanto, a questão da subida da rasante trazia consigo o problema da aceitação de argumentos existentes e ao que chamavam os estabelecimentos a acompanhar. A apresentação, sempre acompanhada com uma fotografia aérea e o perfil técnico para que melhor se explicasse o significado daquelas zonas. As zonas a vermelho, eram as zonas de escavação prevista, as zonas a laranja eram zonas em que estava previsto o túnel, as zonas a verde eram zonas de aterro e as zonas azuis eram zonas em túnel. A proposta apresentada com a subida da rasante a uma redução da extensão do túnel, que estava inicialmente previsto no concurso Gaia apanhava Espinho e Gaia. Continuou a explicação técnica apontando os sítios em estudo e as zonas afetadas. A afetação seria de cerca de 79 arruamentos no concelho todo, sendo que nas freguesias de Mafamude, de Oliveira do Douro, como a área central da cidade, a solução era manter-se em túnel. Já nas freguesias Grijó, Serzedo, Canelas, Vilar do Paraíso tinham a necessidade de fazerem alguns estabelecimentos. Ainda havia muito trabalho a ser feito na integração urbanística das soluções, mas, regra geral, aproveitavam também para fazer à volta destes pontos alguma requalificação urbana. Alertou para o facto de nem todos os arruamentos afetados poderem ser restabelecidos. Alguns seriam desviados para rolamentos laterais, a malha viária existente. No entanto sempre tentavam salvaguardar e afetar o mínimo possível. Não era um traçado definitivo, mas uma hipótese que estava a ser desenvolvida. Como já tinha sido referido, também haveria algumas variações de traçado, muitas vezes para evitar aglomerados de construções. Continuou a explicação com termos muito técnicos e deixou a existência de um relatório de verificação da conformidade ambiental

na fase de execução e garantir a integração dessas intervenções do ponto de vista paisagístico. A zona de Canelas era a zona da proposta de localização da nova estação de Vila Nova de Gaia. Obviamente, depois também à semelhança do que acontecia em Santo Ovídio, havia a necessidade de se desenvolver um plano de pormenor para enquadrar toda a área envolvente à estação e, no fundo, antecipar os efeitos indutores que uma estação de alta velocidade teria naquela zona do concelho.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, dialogou com o senhor Arquiteto Sérgio, ao longo da apresentação, para completar informação e responder a algumas questões que foram sendo colocados pelos senhores deputados, nomeadamente a construção da ponte sobre o Douro e os seus possíveis constrangimentos e integração paisagística.----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) apresentou uma **Proposta,** pedindo o adiamento de votar qualquer Parecer sobre as Alternativas para a Instalação da Linha de Alta Velocidade no Concelho, remetendo a sua decisão para momento posterior, em que estivesse na posse de todas as informações e avaliações necessárias, conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, referiu que os senhores deputados votariam como entendessem e a Câmara não tinha nenhuma urgência, nem nenhuma necessidade de ter o documento votado, aprovado ou desaprovado naquele dia. Entenderam levá-lo à Assembleia Municipal porque na Assembleia Municipal estavam forças políticas que não estavam na Câmara Municipal e, portanto, fazia todo o sentido alargar a todos a informação e a discussão. A única coisa que pedia era que ficasse escrito o pedido de adiamento da votação para não haver a sensação de que a assembleia se recusou a votar. Esclareceu o deputado que a Câmara não tinha absolutamente mais nada em sua posse que pudesse disponibilizar. As avaliações ambientais, paisagísticas e outras culturais, por exemplo, da DGPC eram avaliações pedidas à posteriori da decisão. Queria ter todas as soluções, alternativas evolutivas para no fim optarem porque elas não são conflituantes. Isso era muito importante, porque senão parecia que estavam ali sub-repticiamente a tentar aprovar um traçado ou uma estação. ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE) disse serem sensíveis ao esclarecimento que o senhor Presidente acabou de dar e, portanto, retiravam a proposta e pediam o adiamento da votação.-------

Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL) acolhia os argumentos veiculados pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda. No entanto, atendendo a que uma grande parte da população gaiense estava na assembleia achava que seria uma desfeita fazer com que esses munícipes, esses gaienses, esses eleitores voltassem para casa depois de verem a instituição da Assembleia Municipal só com uma voz e sem ouvir as vozes dos demais representantes que existiam nesta sala. Portanto, fazia voto vencido. Sabia que o seu voto provavelmente não será o maioritário, mas não poderia deixar de expressar a sua posição no sentido de votar os pareceres que eram não vinculativos.----------

Senhor Deputado Gonçalo Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN), Acompanhava a posição do Bloco de Esquerda pois a informação dada, há dois dias atrás, era um dossiê extremamente pesado, de uma magnitude técnica imensa. Apesar e com respeito por todos os presentes e o parecer ser não vinculativo, haveria que assacar responsabilidades políticas sobre o voto. Por isso, não existiam condições para o PAN se pronunciar e muito menos votar o assunto. Acompanhava também as alterações que o Bloco de Esquerda fez, no seguimento de adiar e não votar. Não era adiar somente por uma semana, duas semanas, mas um tempo manifestamente suficiente para que se pudesse realmente debruçar-se sobre o assunto com maior acuidade.----------

Senhor Deputado Gonçalo André Araújo Ferreira (CDU) apresentou a sua posição sobre o timing dos documentos referindo que tinha de estar pronto para eles. Aprovou aquela sessão de esclarecimento aberta á população e pensava que estavam mais pessoas ali que aquelas que tinham riscos de implicação, pessoas certamente motivadas em discutir o seu território, discutir os projetos para o seu território. O povo precisava dessas sessões, não tanto de debates políticos, precisa de decisões mas precisava de assembleias municipais. Lamentou não ter havido reunião de líderes para se organizar e esquematizar o planeamento de uma sessão daquela magnitude. Mas aquilo que estavam a fazer era a avaliação de um parecer político, de uma matéria política. Cumprimentava o senhor presidente da Câmara por trazer à Câmara, à Assembleia Municipal, aquele debate, num quadro de alterações significativas. Era esse espaço que tinha que existir sobre um dossier de tanta complexidade. E a decisão política era isso. Não entendia o porquê de adiar a votação. O que estavam ali a fazer era debater as implicações políticas daquele caso. A exemplo de grande complexidade já debatiam o plano de Desenvolvimento Social, Plano Municipal, Patrocínios climáticas e nunca adiaram a discussão. Lembrava a todos a obrigação de responder ao repto do presidente da Câmara Municipal, que levava ali os pontos e tinham a obrigação de responder, de debater sem receios de ter opinião. ----------

Senhor Deputado Gonçalo Paulo José Melo Martins (PSD) falando sobre o TGV, que concordava que o ponto fosse adiado e também achava que sempre tiveram opinião e discutiram os assuntos, no entanto e olhando á importância do mesmo e ao debate político consequente, já era muito tarde para tal, dado o adiantado da hora. Por uma questão de bom senso, não tendo tempo para debater, deviam adiar a votação. Como era óbvio, teria de haver debate político na Assembleia Municipal, porque era o órgão do debate político sobre aqueles assuntos. Podiam consultar técnicos, mas o debate ali era político e não técnico.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, informou a Assembleia que de facto estavam disponíveis para adiar. E mais se justificava adiar, porque a iniciativa Liberal acabava de lançar, naquele momento, um comunicado a desvalorizar e a tecer comentários pouco abonatórios a propósito daquela sessão. De seguida gerou-se alguma agitação na sala e alguma contestação, por parte do presidente da Câmara e de outros deputados, criticando a atuação do deputado da Iniciativa Liberal. ----------

---

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) disse que em relação ao documento, que o Bloco apresentou, concordavam com as alterações, no entanto parecia-lhes que corriam todos um risco, face à questão do 25 de Abril e à necessidade da campanha eleitoral que se aproximava. Seria mais avisado em vez de adiarem, estipularem fazerem isso depois das eleições legislativas. A questão do debate político, iriam fazê-lo e participar. Adiavam o debate e depois encontravam todos a data correta para isso. Era essa a sua proposta. Quanto à iniciativa liberal não diziam mais nada. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que estávamos ainda na discussão da proposta do Bloco de Esquerda e pedia desculpa por não a ter distribuído atempadamente. Queria, no entanto, dizer duas coisas antes daquela votação. Em primeiro lugar, o direito de escrutínio de acompanhamento da atividade da Câmara não se esgotava num dia ou numa hora. Qualquer deputado municipal podia pedir à mesa da Assembleia que se fizesse o agendamento do assunto, para ser tratado como devia ser. Esse momento poderia ser quando todos entendessem haver condições ideais para dar os pareceres não vinculativos. Organizaram aquela sessão porque iriam ser votados três pareceres, não vinculativos, e pareceu-lhe óbvio que aquilo que se queria privilegiar era de facto o momento de interação com as pessoas que eram as diretamente visadas com o problema do TGV. Congratulava-se por ter estado ali um número elevado de cidadãos, talvez dos maiores que assistiu, em total calma e em total serenidade, a debaterem assuntos que lhes diziam respeito e a terem a indicação clara de que era um processo que estava em andamento. Quer dizer, podia ser um parecer sobre aquele momento em que as coisas estavam a decorrer, não mais do que isso e, portanto, vários momentos haveria para um parecer mais definitivo. Agradecia ao povo de Gaia, que esteve ali em peso, e aos senhores deputados dizer que votando favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda, a discussão acabava ali. Disse que não houve conferência de líderes porque considerava que as conferências de líderes deviam permitir aquele debate. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Proposta, "Adiamento de votar neste dia qualquer Parecer sobre as Alternativas para a Instalação da Linha de Alta Velocidade no Concelho, remetendo a sua decisão para momento posterior em que esteja na posse de todas as informações e avaliações necessárias" ----------

Votação: Aprovado por maioria, o seu adiamento, com 43 Votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN) e 03 votos contra (02 CDU e 01 da IL). ----------

Foi apreciado o "Parecer sobre o Projeto da Linha de Alta Velocidade (TGV)", referente ao Ponto Único da Ordem de Trabalhos.----------

O Senhor Presidente da Mesa, informou que no próximo dia 17 de abril de 2025 se realizaria a Reunião Ordinária de abril tendo continuação a 24 de abril ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 00 horas e 13 minutos do dia onze de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

_____

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

_____

(Albino Pinto de Almeida)